



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE**  
**PÓS-GRADUAÇÃO, ESPECIALIZAÇÃO EM LATO SENSU**  
**EM LÍNGUA E CULTURA TERENA**

---

**JOSELAINÉ PAIVA PEREIRA**

**ENSINO DA LÍNGUA TERENA NA SÉRIE DE 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL  
INDÍGENA MARCOLINO LILI DA ALDEIA LAGOINHA**

---

Campo Grande/MS  
2018

**JOSELAINÉ PAIVA PEREIRA**

**O ENSINO DA LÍNGUA TERENA NA SÉRIE DE 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL  
INDÍGENA MARCOLINO LILI DA ALDEIA LAGOINHA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Língua e Cultura Terena, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua e Cultura Terena.

Área de concentração:

Orientador: Pr.Dr. Marlon Leal Rodrigues.

Campo Grande/MS  
2018

P492e Pereira, Joselaine Paiva

O ensino da Língua Terena na série de 9º da Escola Marcolino Lili / Joselaine Paiva Pereira. Campo Grande, MS: [s.n.], 2018. 25f.; 30cm.

Orientador: Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues.  
Pós Graduação – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,  
Unidade Universitária de Campo Grande, 2018.

1.Línguas indígenas 2. Ensino I. Título.

**CDD 23.ed. 498.07**

**JOSELAINÉ PAIVA PEREIRA**

**O ENSINO DA LÍNGUA TERENA NS SÉRIE DE 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL  
INDIGENA MARCOLINO LILI DA ALDEIA LAGOINHA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu, Especialização em Língua e Cultura Terena, da Universidade Estadual de Mato Grosso, Unidade Universitária de Campo Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Língua e Cultura Terena.

Área de concentração:

Orientador: Pr. Dr. Marlon Leal Rodrigues.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues  
Presidente

---

Prof. Dr. Paulo Edyr de Camargo  
Titular

---

Profa. Dra. Rosimar Regina Rodrigues de Oliveira  
Titular

## **DEDICATÓRIA**

Dedico todos os meus esforços ao meu filho Gabriel Pereira e minha filha Josiele Pereira que durante toda minha trajetória acadêmica compreenderam a minha ausência em alguns momentos.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Orientador Marlon, que dedicou seu tempo para me auxiliar em meu trabalho. Ele me estendeu as mãos. Que Deus ilumine e o proteja sempre. Agradeço a todos os meus familiares em especial aos meus pais, senhor Bertilho Gonçalves e Dona Rosalina Paiva pelo apoio e por ter cuidado de meus filhos no período em que me ausentei para as aulas.

.

## RESUMO

A pesquisa tem por objetivo conhecer as especificidades do povo Terena no que tange ao Ensino da Língua Terena, analisando como ocorre o processo de Ensino da Língua na série de 9º Ano da Escola Municipal Indígena Marcolino Lili. Respalhada por uma legislação que assegura aos indígenas o desenvolvimento de propostas educacionais que privilegiem suas línguas, suas práticas culturais e seus lugares de pertencimento étnico além de proporcionar a oportunidade de serem inseridos na sociedade não indígena, houve uma profunda mudança no campo da educação escolar indígena.

**Palavras-chave:** Povo Terena; Ensino da Língua Terena; as dificuldades de ensino da língua Terena.

## **ABSTRACT**

The research aims to know the specificities of the Terena people in relation to the Teaching of the Terena Language, analyzing how the process of Language Teaching occurs in the series of 9th Year of the Municipal School Marcolino Lili Indigenous. Backed by legislation that assures indigenous people the development of educational proposals that privilege their languages, cultural practices and places of ethnic belonging, besides providing the opportunity to be inserted in non-indigenous society, there has been a profound change in the field of indigenous school education

**Palavras-chave:** Terena people; Teaching of the Terena Language; the difficulties of teaching the Terena language.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
Objeto.....	10
Objetivos.....	11
Metodologia.....	11
<b>1 O POVO TERENA</b> .....	12
1.1 A Escola Indígena Terena.....	16
<b>2 O ENSINO DA LÍNGUA TERENA</b> .....	19
<b>3 CONSIDERAÇÕES</b> .....	24
<b>4 REFERÊNCIAS</b> .....	25
<b>ANEXOS</b> .....	26

## **INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa abordará o Ensino da Língua Terena no 9º Ano da Escola Municipal Indígena Marcolino Lili, procurando enfatizar a questão do ensino da Língua Materna nas escolas indígenas, mais especificamente na Escola da Aldeia Lagoinha, localizada no município de Aquidauana, em Mato Grosso do Sul.

Os objetivos principais desse estudo são o de conhecer mais profundamente o povo terena e o processo de escolarização dos indígenas que residem em suas aldeias, mais precisamente, da Aldeia Lagoinha, como já mencionado anteriormente.

Diante disso, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar as características e a história dos índios Terena e, principalmente sua língua materna.

Para atingir os objetivos propostos, esta pesquisa possui caráter bibliográfico, descritivo, qualitativo e empírico. Em um primeiro momento, utilizaremos de referenciais teóricos para dar sustentabilidade a este estudo, com autores conhecedores da temática aqui proposta.

Para isso, foi feito um levantamento bibliográfico e uma minuciosa revisão bibliográfica enfatizando o contexto do povo Terena.

Esta pesquisa está subdivida em quatro capítulos e no primeiro deles, destacamos um breve levantamento histórico acerca do povo Terena, apontando sua origem, suas especificidades.

O segundo capítulo destaca a escola indígena Terena, em que apontamos como se dá a educação dos índios no Brasil nas escolas indígenas.

O terceiro capítulo dá ênfase ao Ensino da Língua Materna. Logo em seguida, no quarto capítulo será apresentada uma análise de como se dá o ensino da Língua Terena na escola de ensino fundamental da Aldeia Lagoinha, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul.

Finalmente, apresentamos nossas impressões acerca dos dados colhidos para a elaboração desta pesquisa, nas considerações finais.

## **OBJETO**

- Estudar o interesse dos alunos no Ensino da Disciplina de Língua Terena no 9º Ano da E.M.I.P. MARCOLINO LILI.

## **OBJETIVO ESPECÍFICO**

- Analisar o interesse dos alunos na disciplina de Língua Terena;
- Analisar as dificuldades dos alunos em relação ao ensino da Língua Terena..

## **OBJETIVO GERAL**

-Identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos na disciplina de Língua Terena.

## **METODOLOGIA**

Esta pesquisa possui caráter qualitativo, descritivo e empírico, uma vez que foi realizado um levantamento bibliográfico e revisão de literatura acerca da temática proposta com o objetivo de dar sustentação teórica ao estudo, com autores conhecedores do tema.

Posteriormente, a coleta de dados na Escola Marcolino Lili, através de observação nas aulas de Língua Terena. Para iniciar esta segunda etapa, foi solicitada à direção da referida instituição de ensino autorização para que a observação nas aulas fosse realizada para a coleta das informações necessárias para a realização deste estudo.

Os dados da pesquisa foram obtidos apenas por essas observações, observando os materiais didáticos, não havendo a aplicação de questionários, tampouco de entrevistas com a comunidade escolar local.

## 1 O POVO TERENA

Quando pensamos no estudo sociolinguístico a respeito da língua de um povo, é necessário recorrer à história para melhor compreender, seu patrimônio linguístico, sendo assim, abordaremos nesse tópico esse aspecto.

Para iniciar o estudo a respeito do povo Terena, precisamos atentar para alguns fatos históricos relacionados aos indígenas brasileiros, de modo geral. Nesse sentido.

Diante disso, recorreremos a Marques e Souza (2009) comentam que os povos indígenas viveram em uma época marcada pela chegada dos portugueses ao Brasil e que esse fato influenciou historicamente em suas vidas

As autoras destacam que para a sociedade brasileira, até os dias de hoje, a história dos povos indígenas se iniciou no ano de 1500, quando Cabral teria descoberto o Brasil. Assim,

[...] a história dos grupos indígenas antes da chegada dos europeus e a contribuição desses grupos na formação da identidade e cultura do povo brasileiro são desconsideradas nos relatos históricos que trataram da história dos povos indígenas e da história do Brasil, ficando à margem desses relatos o fato de que o país era habitado, por diferentes povos, antes de 1.500. (MARQUES; SOUZA. 2009, p. 01)

No entanto, as autoras ponderam que há leituras preliminares que destacam que antes do período citado, os povos que hoje são chamados de índios eram conhecidos entre si como Terena, Macuxi, Guaicuru, Guarani, entre outros.

Assim sendo, “[...] povos distintos, com culturas, crenças, organizações sociais, distintas e, que variavam de acordo com cada comunidade” (MARQUES; SOUZA, 2009, p. 2).

Sobre a denominação de “índio”, as autoras afirmam que não passa de uma nomenclatura adotada pelos colonizadores com a função de generalizar e homogeneizar os povos que habitavam o país no período da chegada dos europeus e que ainda hoje predomina. Para elas, trata-se de uma forte consequência de uma história unilateral.

Nessa perspectiva, Marques e Souza (2009) ponderam que o povo Terena é remanescente da nação Guaná, da família linguística Aruák. Este termo foi utilizado

pelos europeus com o intuito de identificar um conjunto de línguas encontradas no interior do continente sul-americano

A respeito desse fato, Bittencourt e Ladeira (2000) explicam que a história do povo Terena é muito longa e relaciona-se com a história de vários povos indígenas, europeus e de seus descendentes. Junto as etnias Laiana e Kinikinau, o povo Terena faz parte da história de grupos indígenas que habitam diversas regiões e países da América do Sul ou América Latina. As autoras destacam que é uma trajetória rica e que para conhecer a história mais a fundo, é necessário recorrer a várias fontes de informação, como os produtos da cultura material, os objetos de cerâmica, de tecelagem, instrumentos musicais e costumes antigos, que hoje em dia já não mais existem.

Outras fontes de informações, conforme citam as autoras, ainda são; os textos escritos, desenhos, pinturas, fotografias feitas por brancos que estabeleceram contatos em diversos momentos com o povo Terena. “Isso sem contar ainda com os relatos dos mais velhos, uma vez que a tradição oral aponta os momentos mais importantes da história e da cultura dos povos indígenas”. (BITENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 54)

Ainda no que se refere à língua falada pelos Terenas, Bittencourt e Ladeira (2000) apontam que ela conserva elementos em comum com a língua usada pelos Laiana e pelos Kinikinau e que, embora com algumas diferenças, permite reconhecer que ela pertence a uma língua de origem comum denominada Aruák.

A identificação dessa língua comum é importante porque, por intermédio dela, podemos saber um pouco sobre a origem dos Terena e localizar o lugar onde vivem e viveram em outros tempos. Pode-se conhecer o lugar de origem das pessoas porque as línguas têm elementos comuns e pode-se perceber que cada povo recebe várias influências no contato com outras populações. Com a convivência são acrescentadas novas palavras, alterando constantemente a língua original. Quando uma comunidade se separa, a convivência entre as pessoas diminui e, em consequência, aumentam as diferenças na fala dos habitantes desses lugares. Quando esses grupos mudam-se para outros lugares distantes, perdem todo o contato entre si e não existe a possibilidade de incorporar palavras novas. (BITENCOURT; LADEIRA. 2000, p. 36)

Segundo Julio e Souza (2016, 43), pesquisadores defendem que a história do povo terena é construída por permanências e mudanças e que o modo de viver desse povoado mudou muito e que os contatos deles com os portugueses,

brasileiros e outros povos indígenas, fizeram com que perdessem muitos de seus hábitos, que foram transformados, como as vestimentas e os hábitos alimentares.

Essas mudanças podem ser percebidas no trabalho e na relação com a terra e seus produtos, nas construções das casas, nas vestimentas, nos alimentos e nos demais hábitos dos terenas.

Contudo, os autores apontam que sob outra perspectiva, muitas coisas resistiram e permanecem da mesma forma, como a língua, as festas, as relações familiares, o artesanato e outras manifestações culturais.

De acordo com Sumaio (2014), além de revelarem histórias do passado do povo terena, os seus sinais, assim como os da LIBRAS.

Ladeira (2001) citado por Júlio e Souza (2016) destacam que o povo terena é um subgrupo remanescente da nação Guaná no território brasileiro e que por meio de fenômenos voluntários e intencionais de migrações em busca de sobrevivência, procura novas e boas terras em condições favoráveis à agricultura e outros.

Na busca pela sobrevivência, conforme os autores apontam, os terenas cruzaram o Rio Paraguai em direção ao estado de Mato Grosso do Sul, proveniente do Chaco Paraguai/Boliviano, região também conhecida como Ênxiva. No passado, a estrutura desse povo dividia-se em dois grupos distintos entre si: o grupo dos cativos ou kauti e o Xané, grupo social dominante.

Nessa perspectiva, Julio e Souza (2016, p.54) defendem que deste último grupo, os Xané, se originaram os terena, que se dividiam em dois outros grupos: os chefes e seus parentes, denominado Naati e dos homens comuns ou do povo, denominados Waherê.

Quanto ao parentesco dos terenas, Cardoso de Oliveira, citado por Julio e Souza (2016, 55) explica que o casamento entre os dois grupos era vetado. Assim, o povo terena se dividiu, com exclusão dos Kauti, em metades cerimoniais: Xumomó e Sukirianó. Esses possuíam funções de regulamentar o comportamento mágico-religioso.

Julio e Souza (2016) apontam que o povo terena, como agricultores, como mão de obra das fazendas e como guerreiros na Guerra da Tríplice Aliança, são considerados como a nação indígena que mais contribuiu com a formação da região do centro-oeste brasileiro. Para outros pesquisadores, conforme Julio e Souza (2016, p. 56), com o fim da Guerra da Tríplice Aliança, diversas aldeias desapareceram ou se uniram às outras.

Sumaio (2014, p. 34) pontua que os terenas contam com uma população considerada numerosa e mantêm contato intenso com a população não-índia e por isso são o povo indígena que se revela de forma mais explícita. Assim, podem ser encontrados nas ruas da capital do estado de Mato Grosso do Sul ou nas regiões de plantação de cana-de-açúcar. Com essa intensa participação no cotidiano desses locais, os terenas por vezes são considerados como aculturados e índios urbanos.

Para Azanha e Ladeira (2004) citados por Sumaio (2014):

Tais declarações servem para mascarar a resistência de um povo que, através dos séculos, luta para manter viva sua cultura, sabendo positivar situações adversas ligadas ao antigo contato, além de mudanças na paisagem, ecológica e social, que o poder colonial e, em seguida, o Estado brasileiro os (sic!) reservou. (Azanha e Ladeira 2004, p. 11 apud Sumaio. 2014, 56)

Conforme Bittencourt e Ladeira (2000) é possível observar que os terena passaram por três grandes momentos em sua história:

[...]o primeiro foi a saída do Êxiva (no século XVI), conhecido pelos não-indígenas como Chaco Paraguaio, transpondo o rio Paraguai e chegando à região do atual estado de Mato-Grosso do Sul. Esse é o chamado "Período dos Tempos Antigos". Em seguida veio a Guerra do Paraguai (1846-1870) e com ela muitas mudanças para os terena. Esse período é denominado "Tempos da Servidão". O terceiro momento corresponde à delimitação de terras constituindo as reservas terena (em 1905), com a chegada da comissão construtora das linhas telegráficas chefiadas por Rondon, e que continua até os tempos atuais (p. 26).

Dessa maneira, fica evidente que as lutas do povo terena continuam, com o intuito de garantir seu "seu direito às terras e ao usufruto delas, seu direito ao uso de suas línguas, direito à educação, cultura, trabalho, saúde, qualidade de vida" (BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p. 21) nesse sentido, as autoras salientam que a Guerra do Paraguai afetou muito a história do povo terena, que sempre se dedicou à agricultura, fornecendo alimentos para os combatentes nessa guerra e enfrentando o exército inimigo.

Contudo, ainda segundo Bittencourt e Ladeira (2000, p. 25) quando os combatentes terenas retornaram, muitas posses dos índios haviam sido tomadas e vendidas em leilão. Dentre essas posses, estavam as terras que possuíam aos índios considerados como não mais selvagens e os que viviam em paz, os chamados civilizados.

A esse respeito, Sumaio (2014) aponta que era uma situação nova da história da propriedade da terra no país e afetou de maneira significativa a vida dos indígenas terena. Era a primeira vez que o governo do Império estabelecia em lei a diferença entre índios bravos e índios mansos.

A estudiosa pontua que os índios do primeiro grupo, os bravos, eram selvagens porque defendiam sua terra utilizando-se de armas. Nesse caso, tinham sua posse reconhecida pelo governo. Já os índios mansos, não brigavam mais e por esse motivo, tinham suas terras expropriadas.

Essas afirmações também são defendidas por Bittencourt e Ladeira (2000) que denotam que ainda hoje é possível ver as consequências dessa tomada da maior parte das terras dos índios terena.

Salientam que muitos homens foram obrigados a trabalhar forçadamente em fazendas das regiões do município de Miranda, em Mato Grosso do Sul. Para isso, eram acusados falsamente de roubo. Dessa forma, esse trabalho forçado servia como uma forma de punição, por um crime que nem sequer haviam cometido.

Sumaio (2014) conclui que muitos desses terena trabalharam por muitos anos nessa condição parecida com a escravidão, sofrendo ameaças constantes de morte e torturas. Assim, é fácil perceber que a história desse povo indígena é marcada por lutas, sofrimentos e conquistas, nas quais muitas foram alcançadas por meio da educação, visto que nosso foco é o estudo do ensino bilíngue na escola indígena Terena seguiremos a tratar desse assunto no próximo tópico.

### **1.1 A escola indígena Terena**

No que tange à escola indígena Terena, buscamos aporte teórico em Sumaio (2014) que denota que as escolas indígenas dentro das aldeias parecem oferecer a esperança de um futuro melhor aos índios, com mais educação e capacitação para todos, resultando em mais condições para que consigam bons empregos e melhores condições de vida.

Contudo, a autora argumenta que esse acesso a educação, não é o suficiente e que ainda faltam muitas oportunidades e condições de trabalho para os terena, sendo nas áreas indígenas ou fora delas. Destaca que outro agravante para isso é o preconceito que ainda insiste em permanecer e é um fator imperativo para essa realidade.



Sumaio (2014) destaca que Bittencourt e Ladeira denotam sobre os direitos dos diversos povos indígenas no Brasil, que são distintos, garantidos pela Constituição Brasileira de 1988. Conforme a Carta Magna:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Art. 231)

No que se refere ao direito a preservação e estudo das línguas indígenas nas escolas, a referida Constituição traz, em seu artigo 210, parágrafo 2º: “O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.”

Diante disso, observamos que os povos indígenas possuem seu direito à preservação de sua língua materna, bem como o acesso ainda à Língua Portuguesa, bem como condições necessárias para o desenvolvimento de suas potencialidades. De acordo com Cunha (2008, p. 149) desde a chegada dos portugueses no Brasil, no século XVI, a educação escolar atinge comunidades indígenas baseadas na catequização feita pelos missionários jesuítas e pela integração forçada dos índios à sociedade nacional pelos programas de ensino do antigo Serviço de Proteção aos Índios.

O autor destaca que nas últimas duas décadas,

[...] a partir da mobilização dos próprios índios, essa situação vem mudando gradativamente, e nas comunidades indígenas onde o contato com o não-índio já é antigo e a cultura<sup>2</sup> e a língua herdadas dos portugueses predominam, a escola passou a ser vista como um espaço para o resgate da identidade étnica desses povos. (CUNHA, 2008, p. 149)

Dessa maneira, conforme afirmações da autora supracitada, a política educacional voltada aos povos indígenas começou a mudar no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 210 assegura às comunidades indígenas a possibilidade de utilizar nas escolas suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. Essa era o primeiro sinal de que ocorria uma mudança no planejamento de status de línguas minoritárias brasileiras, com a abertura para seu uso como forma de instrução.

Concordando com essas ponderações, Nincão (2003) pontua que a partir da nova Constituição, a escolarização indígena de caráter específico, intercultural e bilíngue foi assegurada e normatizada em diversas legislações. Sua culminância deu-se com a Resolução CEN 03/99 que instituiu no país as categorias de escola indígena e de professor indígena.

No que se refere à legislação, Cunha (2008) argumenta que em dezembro de 1996 foi criada a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que traz nos capítulos 78 e 79 aborda o ensino voltado para os índios.

O autor destaca que a referida lei estipula que a União deve criar programas de ensino e pesquisa para oferecer a educação escolar bilíngue e intercultural aos indígenas, no intuito de proporcionar aos indígenas a recuperação de suas memórias históricas, “a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e conhecimentos tradicionais”. (CUNHA, 2008, p. 150)

De acordo com as explicações de Cunha (2008), passou-se a ter um planejamento de status de línguas como uma oferta a ser dada com o apoio do Estado.

Ainda no que diz respeito às legislações, Nincão (2003) destaca que passaram a ser desenvolvidas ações no sentido de garantir a especificidade da educação escolar indígena baseando-se em dois pilares: o ensino da língua e o respeito aos processos próprios de aprendizagem.

Ela explica que o grande desafio está no que se refere ao ensino da língua indígena na escola, sendo na alfabetização ou no resgate para os que a tem como sua segunda língua.

Para Nincão (2003) a implementação de uma escola indígena é necessário realizar um diagnóstico para subsidiar o planejamento das ações que oportunizarão a implementação do ensino da língua materna nas escolas indígenas. Entretanto, a mesma autora explica que além de um diagnóstico sociolinguístico, é relevante também, compreender as implicações da inserção da língua indígena escrita na escola. A referida inserção ocorre em um contexto social em que há a tradição da escrita. Fica relegado à escola, o papel de criar essa tradição escrita.

## **2. O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA NO 9º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL INDÍGENA MARCOLINO LILI DA ALDEIA LAGOINHA**

Este estudo procura mostrar o ensino da Língua Terena tendo como base para pesquisa a Escola Municipal Indígena Polo Marcolino Lili situada na Aldeia Lagoinha, Distrito de Taunay, município de Aquidauana.

A referida no Distrito de Taunay tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Aquidauana –MS e está inscrita no CGC nº 03.452.299/0001-3. Foi criada pela Lei Municipal nº 662 de 03 de Maio de 1973, transformada em Núcleo Escolar da Escola Municipal de Pré-Escolar e 1º Grau, “Esmeraldina Malhado” através da Lei Municipal nº 1018/86 de 05 de Setembro de 1986. Foi desmembrada da referida escola, recebendo nova denominação de 1ª a 8ª séries pela Lei Municipal nº 1580/95 de 12 de Setembro de 1995.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Indígena Polo Marcolino Lili foi elaborado e direcionado à comunidade na aldeia Lagoinha, que ao longo dos anos necessita de um instrumento para nortear a educação.

Conforme o projeto acredita-se que será uma perspectiva aliando aos avanços das transformações da sociedade envolvente, promovendo novos conceitos de mecanismos, buscando qualidade de ensino acreditando no potencial do segmento escolar envolvido.

Com o novo enfoque da educação escolar indígena, conclui-se que o PPP da escola é uma ferramenta que dará mais um passo na evolução do conhecimento universal e na ciência indígena, através de participação de todos.

A escola está orientada pela concepção construtivista sob a influência da psicologia genética de Jean Piaget, da teoria interacionista Lev Vigostky e das atividades significativas de Henry Wallon e por um modelo de ensino por resolução de problemas, o aluno deve realizar as atividades propostas.

Diante disso, Projeto Político Pedagógico da instituição visa nortear o educando, a organização do trabalho, a fim de possibilitar o ensino e aprendizagem de maneira adequada e coerente com seus objetivos, sendo uma escola diferenciada, intercultural e bilíngüe e que atenda as necessidades da comunidade escolar.

De acordo com o PPP da referida escola, a educação deve ser vista como um elo de reflexão e ação, buscando o fortalecimento das estruturas que proporcionam

aprendizagens significativas. A escola preocupa-se com opinião e a participação de toda a comunidade escolar, para que se efetive o verdadeiro significado do aprendizado, baseados no conceito de Paulo Freire com a valorização das aprendizagens significativas proporcionam intervenções na realidade, esta educação que queremos principalmente a valorização da Língua Indígena e Arte Cultura Terena, pautando-se no Decreto nº 7.387, 09 de Dezembro 2010. No Art. 15 do Decreto citado destaca-se que “Toda comunidade lingüística tem direito a que sua língua seja utilizada como oficial dentro do seu território”.

Diante disso, o PPP prega que se almeja o resultado do ensino de qualidade, sucesso no processo educativo da comunidade escolar, que seja participativo, contínuo e preventivo.

O ensino da língua materna foi inserida na grade curricular de ensino com objetivo de resgatar a língua Terena pela comunidade indígena. Sendo a Língua Terena considerada como Língua materna (L1) e a Língua Portuguesa como segunda língua (L2).

Os professores que ministram as aulas de língua Terena são moradores da comunidade e falantes da referida língua, pois os mesmos utilizam materiais didáticos produzidos por eles próprios, professores nas aldeias do Distrito de Taunay. Alguns materiais são confeccionados através do Projeto Saberes Indígenas (SIS Indígenas),

O referido projeto se distribui em vários grupos para que cada um deles produza textos didáticos para o ensino da Língua Terena nas escolas indígenas, uma vez que o material é escrito na língua Terena.

A necessidade em se confeccionar esse material didático surgiu com a Inclusão da disciplina de Língua Terena na grade curricular de ensino nas Escolas Indígenas.

O professor que ministra as aulas de Língua Terena na Escola Marcolino Lili trabalha com vários materiais já produzidos por professores Indígenas da Região, como cartilhas produzidas na língua terena.

Segundo ele, para preparar suas aulas faz uma mescla desses materiais, a falta de material dificulta o planejamento das aulas. Explica ainda, que alguns alunos têm dificuldade em aprender a língua terena, pois nem todos são falantes da língua, a maioria não é falante da língua materna. O professor fez uma comparação dizendo que as aulas de língua terena são como as aulas de inglês, haja vista que a

escola atende alunos indígenas e não indígenas e que nem todos indígenas receberam o ensino da língua materna pelos pais. O professor aponta ainda como dificuldade que os alunos não tem interesse em aprender o ensino da língua Terena.

No entanto, destacamos que acontece a alfabetização na língua terena desde a Educação infantil, mas importante enfatizar que nas séries iniciais são apenas alunos indígenas da aldeia Lagoinha e aldeia Morrinho, já a partir do 6º ano comporta alunos de outras aldeias e que não são falantes da língua terena.

Durante a realização desta pesquisa, observamos a aula de língua terena do 9º ano com o professor que ministrou uma aula em que os alunos estudaram palavras em terena e a tradução no português.

Importante destacar que o tempo para as aulas de língua terena é de 2h/a por semana do Pré ao 5º ano e 1h/a do 6º ao 9º ano, assim como a disciplina de língua estrangeira (inglês). Diante disso, entendemos ser difícil que os alunos consigam assimilar o conteúdo de forma satisfatória.

A língua é cultura e identidade de um povo, sendo assim é importante que a língua sem mantenha viva e seja ensinada de geração a geração. E por esse motivo é que foi incluída a disciplina de língua terena na grade curricular de ensino nas escolas indígenas e também o trabalho e confecção de material didático pelos professores indígenas da região com o projeto “Saberes Tradicionais Indígenas” nas escolas. Todo material produzido passa por revisão pelos coordenadores do projeto.

Ao realizarmos a pesquisa de campo, por meio de observações em aula de Língua Terena na referida escola, foi possível constatar que um dos principais desafios dos professores é o de fazer com que os alunos tenham domínio das duas línguas, uma vez que não se perde a língua materna, que é a língua terena.

Já para os alunos, o maior desafio, principalmente aos que não são falantes da língua materna é dominar o conteúdo, pois é como o ensino da Língua Estrangeira, principalmente no que se refere à oralidade.

No nosso entendimento, algumas vezes o fato de transição entre as duas línguas dificulta o ensino, uma vez que algumas crianças têm dificuldade em leitura e falar corretamente a língua portuguesa quando iniciantes na escola. Elas fazem a troca nos artigos definidos e indefinidos, assim como nas questões referente ao gênero. Isso é fácil observar nas ocasiões em que se corrige o caderno e as produções textuais, bem como nas demais atividades, como destacamos no seguinte exemplo:



Alguns alunos sabem falar a língua, mas não usam, e falam mais o português. A língua terena, assim como a língua portuguesa também possui sua própria gramática.

Segundo a professora Rosimeire, para os falantes na língua Terena é fácil fazer atividades na língua terena, diferente daqueles que não são falantes, e apresentam dificuldade.

Compreendemos que os benefícios de se ter duas línguas é que dessa forma o indígena pode ter sua identidade como terena preservada, podendo fazer uso da língua no seu dia a dia.

No que se refere aos malefícios, conforme nossas observações, é que muitas vezes os alunos não conseguem falar corretamente a língua portuguesa. Algumas vezes as pessoas foram ensinadas desde criança na língua materna e assim tem dificuldade em pronunciar o português de forma correta.

Haja vista que alguns alunos que são falantes da língua terena e ainda estão em processo de ensino da língua portuguesa terão dificuldades em aprender a L2, pois já trouxeram consigo um ensino sobre sua língua materna quando entraram na escola, mesmo que não conheçam as normas de sua língua na escrita, mas na oralidade fazem a pronuncia correta dentro do que exige a gramática terena

Os alunos que não são falantes da língua terena sentem grande dificuldade na pronúncia. Para chegar a tais afirmações, realizamos a observação na sala de aula do 9º ano do ensino fundamental.

Lembramos ainda que a língua terena possui a sua própria gramática, e que o ensino e as marcas da oralidade variará de escola para escola, de acordo com o fato dos alunos serem mais falantes da língua, assim ocorrerá as marcas na oralidade com mais frequência como citado anteriormente, pois a escola atende alunos indígenas que não são falantes da língua terena, portanto não trazem marcas de oralidade.

A escola possui a preocupação em realizar atividades extraclasse sempre que possível, além disso, os professores com os alunos produzem cartazes escritos na língua terena e na língua portuguesa, evidenciando a importância que se dá para o ensino de ambas as línguas na Escola de ensino fundamental da aldeia Lagoinha.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por meio da realização desta pesquisa, foi possível observar que a garantia do ensino em língua materna indígena envolve questões complexas, já que há inúmeros fatores que interferem nesse processo, como a formação dos professores, a demanda das comunidades pela língua portuguesa ou mesmo a falta de materiais didáticos e de práticas sociais de letramento na língua indígena.

No entanto, os professores da escola indígena buscam materiais confeccionados na própria aldeia pelos nativos para dar um suporte didático em suas aulas. Consideramos essa iniciativa interessante e que pode contribuir para o ensino da língua portuguesa e língua terena de forma eficiente.

Tendo em vista que o objetivo do ensino da Língua Terena é que não se perca a língua materna e aos professores que ministram aulas nas escolas indígenas possam se capacitar para poder assim ajudar os alunos que estão em dificuldade no ensino.

Dessa forma, é fundamental também que se invista na formação de professores, tanto em formação inicial quanto continuada, para que eles estejam preparados para atuar como mediadores em sua própria cultura, pois essa também é uma forma de valorização e perpetuação dos valores e da cultura indígena.



## REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália**. Novela Sociolingüística. Ed. Contexto. 1997
- BITTENCOURT, Circe Maria. LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.
- CUNHA, Rodrigo Bastos. **Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil**. Educar, Curitiba, UFPR, 2008.
- ELLIOT, J. A. **A linguagem da criança**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- JULIO, Aronaldo; SOUZA, Claudete Cameschi. **Língua Terena: contribuições para sua documentação**. Disponível em <http://www.letras.ufmg.br/>. Acesso em jun/2016
- LYONS, J. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. São Paulo: LTC, 1981.
- NINCAO, O. S. **Representações de professores indígenas sobre o ensino da língua Terena na escola**. 2003. 134f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.
- MARQUES, Andrea R.SOUZA, Claudete Cameschi de. **Educação escolar indígena: um olhar para a "Alfabetização bilíngue"**. 2009. Disponível em <http://www.alb.com.br/arquivo>. Acessado em juh/2016.
- MONTEIRO, José Lemos. **Para Compreender Labov**. Petrópolis- RJ: Vozes, 2000
- SUMAIO, Priscila ALyne. **Sinalizando com os Terena: um estudo do uso da LIBRAS e de sinais nativos por indígenas surdos**. 2014 <http://repositorio.unesp.br/>. Acesso em jun/2016

## **ANEXOS**